



**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES  
COLETIVOS E DE PASSAGEIROS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais - Ativo</b>	<b>7</b>
<b>Balancos patrimoniais - Passivo</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas e Conselheiros da  
**CETURB - COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE  
PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Vitória-ES

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CETURB - ES** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CETURB - ES** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidada de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

A Companhia possui em andamento diversos processos de contingências de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e outras, mencionados em Nota explicativa nº13. Cabe ressaltar que a Administração da Companhia não obteve a posição dos consultores jurídicos sobre a situação dos processos que compõe o saldo contábil e, também da totalidade dos processos que a **CETURB – ES** está sendo questionada administrativa e judicialmente, conforme determina a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Dessa forma, os valores registrados na rubrica provisão para contingências poderão não representar a sua exatidão, dessa não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 03 de março de 2019, sem ressalvas.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória/ES, 16 de março de 2020.



---

**Marcelo Lima de Castro**

**INVEST AUDITORIA E CONSULTORIA S/S LTDA.**

**CRC/ES 2.977/O**

**Contador CRC/ES 10.019/O-6**

**CVM nº 11.509**

**CNAI nº 1.842**

**IBRACON nº 4.235**

# CETURBES

## Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

### BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2019

#### ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2019</u> R\$	<u>2018</u> R\$
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	703.321,51	5.746.672,33
Contas a Receber e Outros Recebíveis	5	9.185.599,43	3.771.281,36
Almoxarifado		67.043,54	71.826,41
Adiantamentos a empregados	6	21.141,57	112.302,54
Valores a recuperar	7	206.851,24	228.130,87
Despesas Antecipadas		12.444,00	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b><u>10.196.401,29</u></b>	<b><u>9.930.213,51</u></b>
<b><u>NAO CIRCULANTE</u></b>			
Valores Cauçionados		1.966.603,24	806.732,41
Depósitos Judiciais	8	4.759.640,27	4.242.642,40
Investimentos		277,19	277,19
Imobilizado	9	72.336.410,65	69.569.583,57
Ativos Intangíveis	10	49.258,11	46.077,47
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b><u>79.112.189,46</u></b>	<b><u>74.665.313,04</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>89.308.590,75</u></b>	<b><u>84.595.526,55</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.




**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>Nota</u>	<u>2019</u> R\$	<u>2018</u> R\$
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores		1.658.242,17	1.348.325,18
Salários e outras remunerações		29.769,31	-
Impostos a Recolher	11	2.945.594,30	479.431,70
Créditos diversos		71.261,55	59.079,98
Provisão para férias e encargos	12	2.033.371,94	2.075.498,52
Provisão contingencial	13	1.165.703,98	1.038.267,95
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b><u>7.903.943,25</u></b>	<b><u>5.000.603,33</u></b>
<b><u>NAO CIRCULANTE</u></b>			
Provisões para contingências	13	12.406.641,75	13.500.036,77
Valores caucionados	14	2.371.974,69	1.240.178,43
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b><u>14.778.616,44</u></b>	<b><u>14.740.215,20</u></b>
<b><u>PATRIMONIO LIQUIDO</u></b>			
Capital Social	15	93.473.015,36	93.473.015,36
Reservas de Capital	15	26.208.129,54	23.846.968,07
Prejuízos Acumulados	15	(53.055.113,84)	(52.465.275,41)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>66.626.031,06</u></b>	<b><u>64.854.708,02</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>		<b><u>89.308.590,75</u></b>	<b><u>84.595.526,55</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CETURBES

## Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADO EM 31/12/2019

	Nota	2019 R\$	2018 R\$
<b><u>OPERAÇÕES CONTINUADAS</u></b>			
Receitas de Vendas e Serviços	16	47.851.277,60	43.991.661,86
(-) Custo das Vendas e Serviços	17	(26.709.896,02)	(26.215.239,21)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>21.141.381,58</b>	<b>17.776.422,65</b>
Despesas Administrativas	18	(16.873.989,95)	(27.858.706,07)
Outras Receitas	19	-	11.394.232,15
Outros Ganhos (perdas)		(740.335,88)	-
Depreciação e amortização		(3.296.871,94)	(3.248.705,07)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>230.183,81</b>	<b>(1.936.756,34)</b>
Receitas Financeiras		341.192,85	241.645,22
Despesas Financeiras		(1.295.985,09)	(214.039,19)
<b>DESP./REC. FINANCEIRAS, LIQUIDAS</b>		<b>(954.792,24)</b>	<b>27.606,03</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IR E CSSL</b>		<b>(724.608,43)</b>	<b>(1.909.150,31)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>(724.608,43)</b>	<b>(1.909.150,31)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(724.608,43)</b>	<b>(1.909.150,31)</b>
Ações em Circulação no Final do Exercício		<b>93.473.015,36</b>	<b>93.473.015,36</b>
Lucro Líquido por ação do Capital Social no Fim do Exercício		<b>(0,01)</b>	<b>(0,02)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


**Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo**
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**BALANÇO ENCERRADO 31/12/2019**

	<u>Reserva de Capital</u>			
	<u>Capital Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	
<b>Em 1º de Janeiro de 2018</b>	<b>93.473.015,36</b>	<b>17.422.268,99</b>	<b>(50.556.125,10)</b>	<b>60.339.159,25</b>
Lucro Líquido do Exercício			(1.909.150,31)	(1.909.150,31)
Ajuste de Exerc. Anteriores				-
Aumento de Capital				-
Recursos para aumento de capital		6.424.699,08		6.424.699,08
				-
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>93.473.015,36</b>	<b>23.846.968,07</b>	<b>(52.465.275,41)</b>	<b>64.854.708,02</b>
Lucro Líquido do Exercício			(724.608,43)	(724.608,43)
Ajuste de Exerc. Anteriores			134.770,00	134.770,00
Aumento de Capital				-
Recursos para aumento de capital		2.361.161,47		2.361.161,47
Constituição de Reserva				-
				-
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>93.473.015,36</b>	<b>26.208.129,54</b>	<b>(53.055.113,84)</b>	<b>66.626.031,06</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

 <b>Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo</b> <b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b> <b>ENCERRADO 31/12/2019</b>		
<b>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício, Incluindo operações Descontinuadas</b>	<b>(724.608,43)</b>	<b>(1.909.150,31)</b>
<b>Ajustes do Resultado do Exercício</b>		
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores	134.770,00	-
(+) Depreciação	3.296.871,94	3.248.705,07
Prejuízo/(Lucro) na venda ou baixa de Imobilizado	740.335,88	-
Juros Ativos que não Afetaram Caixa	(137.419,04)	-
Juros Passivos que não Afetaram Caixa	1.273.778,49	-
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>4.583.728,84</b>	<b>1.339.554,76</b>
<b>Variações de Ativos e Passivos</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(5.372.425,94)	1.363.363,07
Adiantamento e Despesas Antecipadas	78.716,97	163.857,45
Estoques	4.782,87	(16.656,42)
Outros ativos	(1.138.591,20)	58.270,16
Depósitos Judiciais	(421.470,96)	(548.293,23)
Fornecedores e Encargos Sociais	297.559,72	(2.597.087,25)
Outros passivos	1.370.402,95	(362.465,63)
	<b>(5.181.025,59)</b>	<b>(1.939.011,85)</b>
<b>Caixa Gerado pelas Operações</b>		
Juros Pagos	-	(152.209,46)
Juros Recebidos	-	69.872,05
	<b>-</b>	<b>(82.337,41)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(597.296,75)</b>	<b>(681.794,50)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Construções e Reformas	(6.230.291,85)	-
Aquisição de Imobilizado	(534.113,34)	(12.279,50)
Compras de Ativos Intangíveis	(42.810,35)	-
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos</b>	<b>(6.807.215,54)</b>	<b>(12.279,50)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Recursos para aumento de capital	2.361.161,47	6.424.699,08
<b>Caixa Líquido usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>2.361.161,47</b>	<b>6.424.699,08</b>
<b>Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas</b>	<b>(5.043.350,82)</b>	<b>5.730.625,08</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas no Início do Exercício	5.746.672,33	16.047,25
Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas no Final do Exercício	703.321,51	5.746.672,33
<b>Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas</b>	<b>(5.043.350,82)</b>	<b>5.730.625,08</b>
<b>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</b>		

**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE  
PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CETURB -ES  
CNPJ: 28.503.894/0001-51**

**Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2019 e 2018**

**1. Contexto operacional**

A **Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – Ceturb/ES** é uma empresa pública estadual de direito privado, constituída sob a forma de sociedades por ações de capital autorizado vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI-ES).

Seus únicos acionistas são o Governo do Estado do Espírito Santo (SEMOBI-ES), acionista majoritário e a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN.

A CETURB/ES tem por objeto social a gestão, quando delegada pelo poder concedente, de todas as modalidades de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo, de natureza Intermunicipal e Intramunicipal, definidas no artigo 60 da Lei Complementar nº 877, de 15 de dezembro de 2017. A finalidade, específica da Companhia é a de desempenhar as funções de competência do Estado, consoante o Art. 175 da Constituição Federal e o Art. 227 da Constituição Estadual.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram empregadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

**2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, quando requerido foram ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos em contrapartida do resultado do período.



As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para PMEs.

A elaboração dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis relevantes e envolve o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia quanto à aplicação das políticas contábeis.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão preparadas e apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CETURB-ES.

## **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo representados por aplicações no mercado aberto de alta liquidez, resgatáveis em até três meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

## **2.4 Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

## **2.5 Contas a Receber**

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação.

## **2.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

## 2.7 Almoxarifado

O estoque de almoxarifado refere-se a materiais de consumo tais como material de escritório, material elétrico, material hidráulico, etc. e está avaliado pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor da reposição.

## 2.8 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles decorrentes de ações em juízo, mantidos em contas bancárias vinculadas a processos judiciais relativos a litígios fiscais e trabalhistas. São constituídos por bloqueios judiciais, bem como depósitos recursais, em moeda corrente com o objetivo de garantir a liquidação de potenciais obrigações passivas futuras.

## 2.9 Valores caucionados

Os valores caucionados são aqueles que decorrentes de garantias representados por cartas de fiança e apólices de seguros, recebidas em função de contratos pactuados com a Ceturb-ES no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

## 2.10 Imobilizado

O imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação. As depreciações são reconhecidas no resultado, baseando-se no método linear sobre o custo histórico dos bens corrigidos até 31 de dezembro de 1995.

## 2.11 Ativos intangíveis - programas de computador (*softwares*)

Os custos de licenças adquiridas de programas de computador são capitalizados e amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização do intangível praticadas são de 20%.

## 2.12 Test Impairment dos Ativos

A Sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que os ativos financeiros mensurado ao custo amortizado (contas a receber, por exemplo) e de ativos não financeiros (estoque, imobilizado e demais) estão deteriorados. Ativos sujeito a amortização (intangível - software), são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No decorrer do exercício, a Sociedade não encontrou evidência objetiva que levasse estes ativos ao teste de impairment, exceto pela provisão para perdas do contas a receber.

### **2.13 Conta de Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em sua maioria com prazo máximo de 30 dias para pagamento.

### **2.14 Provisões para demandas judiciais – contingências passivas**

As provisões para contingências passivas, relacionadas a processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, são reconhecidas quando a CETURB-ES possui uma obrigação presente, legal ou mesmo não formalizada. Trata-se de obrigação presente como resultado de eventos ocorridos no passado, sendo provável a ocorrência de uma baixa de recursos para liquidar a obrigação.

### **2.15 Imposto de renda e contribuição social**

Os impostos incidentes sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto é reconhecido no patrimônio líquido.

O Imposto sobre a Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado tendo por base o resultado do período, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões estipuladas em lei. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota em vigor, incidente sobre o resultado do período antes do imposto de renda ajustado com base na lei em vigor.

### **2.16 Capital social**

As ações são classificadas no Patrimônio Líquido. O Capital autorizado é realizado mediante aprovação dos únicos acionistas, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Transportes e Obras Públicas (SETOP-ES) e Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN).

## 2.17 Reconhecimento de receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e das despesas das atividades da Companhia é feito em conformidade com o regime contábil de competência, sendo as receitas e as despesas reconhecidas no resultado em função de suas realizações. As receitas compreendem o valor justo da prestação de serviços recebida ou a receber, de acordo com as finalidades no decorrer do curso normal das atividades da Ceturb-ES. As receitas são reconhecidas líquidas de impostos e são reconhecidas quando podem ser mensuradas com segurança e que benefícios econômicos futuros possam fluir para a Companhia.

## 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração que envolveu julgamentos, estimativas e a adoção de certas premissas que afetam os valores das receitas, de despesas, de ativos e de passivos, e as consequentes apresentações, tais como a provisão de passivos contingenciais e taxas de depreciação e de amortização dos bens do ativo permanente. Certas estimativas e premissas possuem incertezas quanto a sua realização, e podem provocar ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos períodos subsequentes à data dessas demonstrações financeiras.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	0,00	0,00
Fundo Fixo Rotativo	3.600,00	0,00
Bancos Conta Movimento	2.171,74	46,56
Aplicações Financeiras - Banestes	697.549,77	5.746.625,77
<b>Total</b>	<b>703.321,51</b>	<b>5.746.672,33</b>

## 5. Direitos a receber de clientes

Direitos a receber	31/12/2019	31/12/2018
Serviços gerenciamento de transporte seletivo	214.317,46	212.288,57
Serviços gerenciamento de frota	8.373.729,39	2.908.611,96
Serviços fretamento	199.830,43	208.106,96
Aluguéis de lojas	1.043.811,89	704.357,70
Aluguéis de módulos	118.268,12	107.018,37
Parcelamentos	0,00	77.601,43
(-) Provisão p/crédito de liquidação duvidosa	(764.357,86)	(446.703,63)
<b>Total líquido</b>	<b>9.185.599,43</b>	<b>3.771.281,36</b>

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação.

Conforme a Resolução nº. 1.255 seção 23 – quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimado de forma confiável, a entidade pode reconhecer a receita associada com a transação por referência ao estágio de execução da transação ao final do período de referência. O resultado de transação pode ser avaliado de forma confiável quando todas as condições a seguir são satisfeitas:

- O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- O estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável;
- Os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

## 6. Adiantamentos a empregados

Adiantamentos a empregados	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos de salários	5.842,61	22.838,68
Adiantamento férias	15.298,96	89.463,86
<b>Total</b>	<b>21.141,57</b>	<b>112.302,54</b>

**7. Valores a recuperar**

<b>Valores a recuperar</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Adiantamento a fornecedor – IOPES	25.901,01	25.901,01
ISS a compensar	2.562,96	13.035,21
Tributos e contribuições federais a compensar	81.199,95	87.661,00
Cessão de pessoal a receber	97.187,32	101.533,65
<b>Total</b>	<b>206.851,24</b>	<b>228.130,87</b>

Os valores a recuperar referem-se a tributos a compensar ou recuperar e cessão de pessoal a receber corresponde à apropriação de fatura de pessoal cedido aos Órgãos Governamentais.

**8. Depósitos judiciais**

<b>Depósitos para recursos judiciais</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Depósitos para litígios fiscais	2.179.627,16	1.849.922,62
Depósitos para litígios trabalhistas	2.533.502,18	2.275.391,00
Bloqueios Judiciais	46.510,93	117.328,78
<b>Total</b>	<b>4.759.640,27</b>	<b>4.242.642,40</b>

Referem-se a depósitos recursais ou recursos financeiros bloqueados em razão de determinação judicial.

**9. Imobilizado**
**9.1 – Composição dos saldos**

<b>Imobilizado</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>99.611.223,43</b>	<b>101.003.915,29</b>
Terrenos	15.145.866,89	15.145.866,89
Terminais rodoviários	76.982.047,92	76.982.047,92
Módulos	399.000,00	399.000,00
Benfeitoria em imóveis de terceiros	530.309,13	2.162.814,31
Móveis e utensílios	705.460,34	705.460,34

Máquinas e equipamentos	2.370.196,81	2.011.330,00
Veículos	3.074.291,12	3.194.103,95
Instalações	183.596,31	183.596,31
Utilitários	220.454,91	219.695,57
<b>Obras em andamento</b>	<b>6.553.447,10</b>	<b>323.155,25</b>
Obras terminais rodoviários	6.553.447,10	323.155,25
<b>Depreciação e amortização acumuladas</b>	<b>(30.542.771,28)</b>	<b>(28.506.943,58)</b>
Terminais rodoviários	(25.204.995,75)	(22.365.528,87)
Instalações	(98.470,97)	(81.923,48)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(183.209,54)	(1.035.531,90)
Móveis e utensílios	(613.694,82)	(568.420,70)
Utilitários	(175.228,81)	(159.386,11)
Máquinas e equipamentos	(1.520.126,48)	(1.470.903,97)
Veículos	(2.614.077,18)	(2.708.240,82)
Módulos	(132.967,73)	(117.007,73)
<b>Deprec. e amortiz. acumuladas Dif.IPC x BTNF</b>	<b>(3.285.488,60)</b>	<b>(3.250.543,39)</b>
Terminais rodoviários Dif.IPCxBTNF	(2.819.709,28)	(2.778.721,84)
Móveis e utensílios Dif.IPCxBTNF	(5.274,70)	(5.274,70)
Veículos Dif.IPCxBTNF	(460.213,94)	(466.256,17)
Utilitários dif. IPCxBTNF	(290,68)	(290,68)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>72.336.410,65</b>	<b>69.569.583,57</b>

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação.

As depreciações e as amortizações foram reconhecidas no resultado, baseando-se no método linear sobre o custo histórico dos bens corrigidos até 31 de dezembro de 1995.

- Edificações/benfeitorias e módulos 4,00%
- Móveis/Utensílios, Equipamentos, instalações e utilitários 10,00%
- Veículos 20,00%

## 9.2 – Movimentação

Imobilizado	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	15.145.866,89			15.145.866,89
Terminais rodoviários	69.526.580,09	7.455.467,83		76.982.047,92
Módulos	399.000,00			399.000,00
Benfeitoria em imóveis	2.162.814,31			2.162.814,31
Móveis e Utensílios	705.460,34			705.460,34
Máquinas e Equipamentos	1.999.050,50	12.279,50		2.011.330,00
Veículos	3.567.406,09		(373.302,14)	3.194.103,95
Instalações	183.596,31			183.596,31
Utilitários	219.695,57			219.695,57
Obras em andamento	7.778.623,08		(7.455.467,83)	323.155,25

<b>Subtotal</b>	<b>101.688.093,18</b>	<b>7.467.747,33</b>	<b>(7.828.769,97)</b>	<b>101.327.070,54</b>
Depreciação Acumulada	(28.922.407,28)	(3.208.661,83)	373.582,14	(31.757.486,97)
<b>TOTAL</b>	<b>72.765.685,90</b>	<b>4.259.085,50</b>	<b>(7.455.187,83)</b>	<b>69.569.583,57</b>

<b>Imobilizado</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Terrenos	15.145.866,89			15.145.866,89
Terminais rodoviários	76.982.047,92			76.982.047,92
Módulos	399.000,00			399.000,00
Benfeitoria em imóveis	2.162.814,31		(1.632.505,18)	530.309,13
Móveis e Utensílios	705.460,34			705.460,34
Máquinas e Equipamentos	2.011.330,00	533.354,00	(174.487,19)	2.370.196,81
Veículos	3.194.103,95		(119.812,83)	3.074.291,12
Instalações	183.596,31			183.596,31
Utilitários	219.695,57	759,34		220.454,91
Obras em andamento	323.155,25	6.230.291,85		6.553.447,10
<b>Subtotal</b>	<b>101.327.070,54</b>	<b>6.764.405,19</b>	<b>(1.926.805,20)</b>	<b>106.164.670,53</b>
Depreciação Acumulada	(31.757.486,97)	(3.257.242,23)	1.186.469,32	(33.828.259,88)
<b>TOTAL</b>	<b>69.569.583,57</b>	<b>3.507.162,96</b>	<b>(740.335,88)</b>	<b>72.336.410,65</b>

## 10. Ativos intangíveis

### 10.1 – Composição dos saldos

<b>Intangível</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<i>Software</i>	439.054,42	396.244,07
(-) Amortização Acumulada de <i>Software</i>	(389.796,31)	(350.166,60)
<b>Intangível líquido</b>	<b>49.258,11</b>	<b>46.077,47</b>

Os custos de licenças de programas de computador são capitalizados e amortizados pelo método linear. A amortização do intangível é feita mediante a aplicação da taxa de 20% ao ano.

### 10.2 – Movimentação

<b>Intangíveis</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
Software	396.244,07	-	-	396.244,07
(-) Amortização Acumulada	(309.843,36)	(40.353,24)	-	(350.166,60)
<b>TOTAL</b>	<b>86.400,71</b>	<b>(40.353,24)</b>	<b>-</b>	<b>46.077,47</b>

<b>Intangíveis</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Software	396.244,07	42.810,35	-	439.054,42
(-) Amortização Acumulada	(350.166,60)	(39.629,71)	-	(389.796,31)
<b>TOTAL</b>	<b>46.077,47</b>	<b>3.180,60</b>	<b>-</b>	<b>49.258,11</b>

### 11. Impostos a Recolher

<b>Contribuições e Impostos a Recolher</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
INSS	2.050.728,03	83.855,25
FGTS	147.668,23	0,00
PIS	27.943,55	56.886,01
COFINS	128.970,23	262.550,76
IRRF	448.406,69	11.879,67
ISS	81.249,78	63.206,36
Retenção na fonte PIS COFINS CSLL	60.627,79	1.053,65
<b>Total</b>	<b>2.945.594,30</b>	<b>479.431,70</b>

As contribuições tributárias são provisionadas e posteriormente quitadas em períodos seguintes aos do fato gerador.

### 12. Provisões para férias e encargos

<b>Provisões para encargos sociais</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Provisão para férias	1.505.450,97	1.521.063,10
Provisão p/INSS férias	407.485,76	432.751,34
Provisão p/FGTS férias	120.435,21	121.684,08
<b>Total</b>	<b>2.033.371,94</b>	<b>2.075.498,52</b>

As provisões para encargos sociais são feitas com base no regime contábil de competência sendo posteriormente quitadas em períodos seguintes aos do fato gerador.

### 13. Provisão para demandas judiciais

Provisões p/contingências CP	31/12/2019	31/12/2018
Provisão p/ contingências	1.165.703,98	1.038.267,95
<b>Sub-total</b>	<b>1.165.703,98</b>	<b>1.038.267,95</b>
Provisões p/contingências LP		
Contingências trabalhistas	690.476,31	690.476,31
Contingências fiscais	2.771.760,53	2.771.760,53
Contingências cíveis	8.944.404,91	10.037.799,93
<b>Sub-total</b>	<b>12.406.641,75</b>	<b>13.500.036,77</b>
<b>Total</b>	<b>13.572.345,73</b>	<b>14.538.304,72</b>

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos de cada obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira conforme o caso. A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

### 14. Valores caucionados

Cauções	31/12/2019	31/12/2018
Cauções de gerenciamento	3.058,15	3.058,15
Cauções de fornecedores	2.368.916,54	1.237.120,28
<b>Total</b>	<b>2.371.974,69</b>	<b>1.240.178,43</b>

As cauções referem-se a garantias dos contratos com as empresas operadoras e prestadores de serviços. As cauções são feitas na modalidade de seguro garantia ou na forma de pagamento em dinheiro. Essas cauções são renováveis até o prazo de finalização dos contratos.

## 15. Patrimônio líquido

<b>Patrimônio líquido</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Capital social	93.473.015,36	93.473.015,36
Reservas	26.208.129,54	23.846.968,07
Prejuízo acumulado	(52.330.505,41)	(50.556.125,10)
Prejuízo do exercício	(724.608,43)	(1.909.150,31)
<b>Total</b>	<b>66.626.031,06</b>	<b>64.854.708,02</b>

### a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 93.473.015,36 representado por 93.473.015 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

<b>Acionistas</b>	<b>Qtde. de Ações</b>	<b>%</b>
Governo do Estado do Espírito Santo	93.472.994	99,99998%
Cia. Espírito Santense de Saneamento (CESAN)	21	0,00002%
<b>Total</b>	<b>93.473.015</b>	<b>100%</b>

### b) Reservas de capital

Referem-se a aportes de recursos feitos pelo Governo do Estado do Espírito Santo para investimentos em inversões fixas, tais como construção, reforma e ampliação dos terminais e outros investimentos. Esses recursos são capitalizados mediante aprovação do Conselho de Administração, quando da conclusão dos investimentos.

## 16. Receitas de serviços

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e que possam ser mensurados de forma confiável.

<b><u>Receita por categoria/atividade</u></b>	<b><u>31/12/2019</u></b>	<b><u>31/12/2018</u></b>
Serviço gerenciamento	45.967.158,20	37.821.680,67
Serviço publicidade	64.084,00	111.887,53
Serviço de expediente	857.471,63	662.182,20
Multas	54.421,24	4.614.413,92
Aluguel	2.735.149,99	2.536.759,25
Receita luvas	99.800,00	61.413,64
(-) Cancelamento receita	(113.045,13)	(144.805,77)
(-) Tributos s/faturamento (PIS/COFINS)	(1.813.762,33)	(1.671.869,58)
<b>Total</b>	<b><u>47.851.277,60</u></b>	<b><u>43.991.661,86</u></b>

### 17. Custo dos serviços

<b><u>Custos dos Serviços Prestados</u></b>	<b><u>31/12/2019</u></b>	<b><u>31/12/2018</u></b>
Com operação/planejamento terminais	(13.749.888,60)	(14.691.836,94)
Com vigilância/segurança	(4.721.202,18)	(4.334.306,92)
Com conservação/manutenção	(5.521.643,32)	(4.613.526,29)
Outros custos em geral (Água e Luz)	(2.717.161,92)	(2.575.569,06)
<b>Total</b>	<b><u>(26.709.896,02)</u></b>	<b><u>(26.215.239,21)</u></b>

### 18. Despesas administrativas

	<b><u>31/12/2019</u></b>	<b><u>31/12/2018</u></b>
Despesa com pessoal	(12.265.189,27)	(15.090.053,85)
Despesas com provisões	(317.654,23)	(620.945,56)
Despesas administrativas	(1.564.258,02)	(1.465.345,19)
Despesas com serviços terceirizados	(797.839,79)	(675.575,31)
Indenizações judiciais	(1.929.048,64)	(10.006.786,16)
<b>Total</b>	<b><u>(16.873.989,95)</u></b>	<b><u>(27.858.706,07)</u></b>

**19. Outras Receitas**

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Reversão provisão contingências trabalhistas	0,00	3.518.128,76
Reversão provisão contingências cíveis	0,00	7.141.280,43
Restituição/Créditos recuperados	0,00	734.822,96
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>11.394.232,15</b>

**20. Ajustes de Exercícios Anteriores**

A Sociedade efetuou ajustes de exercícios anteriores, referente a receita de outorga para permissão de uso de lojas nos terminais. Respective depósitos que ocorreram em 2018 haviam sido classificados como depósito caução/garantia e foram realizados os devidos ajustes neste exercício.

Raphael Três da Hora  
Diretor Presidente

José Carlos Pereira Moreira  
Diretor de Planejamento

Anderson dos Santos Barbosa  
Diretor de Operações

Danilo José Juffo Rodrigues  
Diretor Administrativo e Financeiro

Rubem Rodrigues da Costa  
Contador–CRC/ES: 007624/O